

PROCESSO - A.I. Nº 276890.0055/02-7
RECORRENTE - MARIA S. DO CARMO E CIA. LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 3ª JF nº 0425-03/02
ORIGEM - INFAZ ITAPETINGA
INTERNET - 13.06.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0310-11/03

EMENTA: ICMS. 1. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. SUPRIMENTO DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Efetuada correção no cálculo do imposto devido. Modificada a decisão. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 28/06/02, exige ICMS no valor de R\$ 1.543,21, mais multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$ 801,31, em razão das seguintes irregularidades:

- 1- “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas através de saldo credor na Conta Caixa”;
- 2- “Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) sujeita (s) a tributação sem o devido registro na escrita fiscal”.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 95 a 96, fazendo a seguinte afirmação: “a maioria das Notas Fiscais que originaram a omissão de saídas e entradas de mercadorias sem o efetivo registro no livro fiscal estão devidamente escrituradas, sendo que parte delas foram devolvidas na própria nota, conforme cópias em anexo das páginas dos livros de registro de entradas e também das duplicatas”. Ao final, pede que o A.I. seja recalculado e relaciona as notas fiscais que afirma terem sido escrituradas ou devolvidas.

No dia 19/07/02 o autuado deu entrada em pedido de parcelamento (fls. 150 a 151), referente ao valor reconhecido como devido, efetuando o pagamento da parcela inicial (fl. 155).

O autuante, em informação fiscal (fl. 145), diz que em relação à infração 1, não há alteração do valor a ser exigido, visto que as notas fiscais e duplicatas mencionadas pelo autuado em sua peça defensiva se referem a período que não foi objeto do presente levantamento. Quanto à infração 2, acata as alegações defensivas e elabora novo demonstrativo (fls. 146 a 147), reduzindo o valor cobrado a título de multa para R\$ 214,83.

O autuado, foi intimado (fls. 158 a 159) para tomar ciência dos novos números apresentados pelo autuante, recebendo, inclusive, cópia de toda informação fiscal prestada pelo mesmo, porém não se manifestou.

VOTO DO RELATOR DA 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

[...]”No que diz respeito à infração 1, o § 4º, do art. 4º, da Lei n.º 7.014/96, preconiza que o fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

O autuado em impugnação apresentou algumas notas fiscais e duplicatas dizendo que as mesmas não foram consideradas no levantamento do autuante. No entanto, razão não lhe assiste, já que as notas fiscais e duplicatas mencionadas pelo impugnante se referem a período (a partir de abril/00) distinto do que foi objeto do levantamento em questão (janeiro/00).

Dessa forma, não há alteração do valor a ser exigido na infração ora em exame.

Quanto à infração 2, o autuado apresentou as mesmas alegações do item anterior, porém dessa feita o autuante acatou as alegações defensivas, elaborando novo demonstrativo (fls. 146 a 147), excluindo as notas fiscais que foram devidamente escrituradas e reduzindo o valor cobrado a título de multa para R\$ 214,83, com o qual concordo.

Vale ainda ressaltar, que o autuado, foi intimado (fls. 158 a 159) para tomar ciência dos novos números apresentados pelo autuante, recebendo, inclusive, cópia de toda informação fiscal prestada, porém não se manifestou, o que implica em concordância tácita com o teor da mesma.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, mantendo-se o valor exigido na infração 1, e reduzindo a multa cobrada na infração 2 para R\$ 214,83, de acordo com o demonstrativo de débito às fls. 146 a 147”[...].

RECURSO VOLUNTÁRIO

Devidamente intimado a tomar ciência do resultado do julgamento realizado pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal, o contribuinte, inconformado com o resultado do decisório exarado que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, impetrou o presente Recurso Voluntário argumentando que o lançamento é improcedente, visto que as duplicatas que originaram a omissão de saídas no saldo credor da conta caixa no mês de janeiro de 2000 no valor de R\$9.077,70 (nove mil, setenta e sete reais e setenta centavos), foram pagas em dezembro de 1999.

Diante do exposto, solicita redução no valor do Auto de Infração, em virtude de o auditor fiscal autuante não ter percebido que as duplicatas citadas foram pagas antes dos vencimentos.

Informa que realizou pagamento deste Auto de Infração em 3 parcelas, totalizando a quantia de R\$1.628,93 (um mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos), sendo o último recolhimento em 21.10.2002. Junta ao processo às fls. 171 a 177, boletos bancários e relação das notas fiscais de entradas com as respectivas datas de pagamento em 2000. Conclui solicitando que seja acolhido o Recurso Voluntário.

A PROFAZ, diante da documentação acostada pelo recorrente, solicitou diligência à ASTEC, tendo este relator ratificado e encaminhado em Pauta Suplementar para a 1ª Câmara de Julgamento Fiscal que a deferiu.

A ASTEC, às fls. 189 a 192, cumpriu a diligência e forneceu Parecer de nº 0069/03, com a seguinte conclusão:

1. Que as duplicatas questionadas pelo recorrente às fls. 171 a 176 tem referência com o item 2 do Auto de Infração;
2. Que as mesmas tinham como vencimento previsto o mês de janeiro de 2000, porém, foram liquidadas antecipadamente, através de boleto bancário, no mês de dezembro de 1999.

Após refazimento do Resumo do Fluxo de Caixa, retifica o valor do pagamento para R\$63.265,07, no mês de janeiro/2000, conforme demonstrativo às fls. 191, sendo constatado um saldo credor de caixa no montante de R\$974,12, apurando-se um imposto devido de R\$165,60, conforme demonstrado.

O recorrente e o autuante tomaram ciência do resultado da diligência, contudo não houve nenhum pronunciamento.

A PROFAZ forneceu Parecer conclusivo de fl. 196, nos seguintes termos:

“[...]O Recurso Voluntário se refere ao item 1 da autuação, omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na conta Caixa, o diligente reconhece que as duplicatas trazidas em Recurso tem ligação com o item 1 da autuação, por esse motivo as acata e refaz os cálculos da infração, reduzindo seu valor.

Ante o exposto, a Procuradoria é pelo Provimento Parcial do Recurso Voluntário, acatando os valores apresentados pela diligência da ASTEC [...]”.

VOTO

Dado ao exame dos documentos acostados ao presente Processo Administrativo Fiscal, constatei que o recorrente trouxe, às fls. 171 a 176 dos autos, acompanhando a sua peça recursal, boletos de pagamentos efetuados no Banco do Brasil de duplicatas vencidas em janeiro/2000 e efetivamente pagas em dezembro de 1999. Solicitada diligência à ASTEC foi constatado pelo órgão técnico que o imposto devido pelo recorrente, referente à infração 1 do lançamento de ofício, monta em R\$165,60.

Face ao acerto da diligência efetivada no Parecer ASTEC nº 0069/03, robustecida pela ausência do contraditório, tanto do recorrente como do autuante a respeito do seu conteúdo, a ratifico inteiramente e concedo este voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário apresentado, modificando a Decisão Recorrida no tocante à infração 1 e manter inalterada a infração 2 do Auto de Infração em tela. Recomendo a homologação dos valores comprovadamente pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão Recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 276890.0055/02-7, lavrado contra **MARIA S DO CARMO E CIA. LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$165,60**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, além da multa no valor de **R\$214,83**, atualizada monetariamente, prevista no art. 42, IX, da lei supracitada, devendo ser homologados os valores comprovadamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de junho de 2003.

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PROFAZ